COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

André R.C. Fontes

Desembargador no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo), Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Doutor em Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

RESUMO

A formação das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas como elemento conceitual dos conhecimentos tradicionais é tratada no texto como resultado de caminhos diferentes na sua origem e desenvolvimento, mas com alguns pontos de comunicação entre os dois grupos étnicos. A apreciação conjunta e comparativa dos grupos que compõem o povo brasileiro poderá indicar a trajetória dos problemas enfrentados no território e sua atual acomodação no território nacional.

Palavras-chave: Conhecimentos tradicionais — Modelos de adaptação — Escravidão — Família negra — Mulher negra — Autóctone — Grupos étnicos — Caiçaras — Ribeirinhos.

A sociedade humana é, por sua essência e estrutura, a forma mais complexa de existência do que se compreende e se conhece. Ela é parte específica e peculiar da natureza, a que se opõe, em certo sentido, todo o restante da natureza. Uma relação entre sociedade e natureza estaria mais além do que um simples resultado de uma interação de forças cegas, impessoais e espontâneas.

O fato de que em sociedade atuem homens dotados de razão e vontade, que estabelecem objetivos, tarefas que lutam para lográ-los, serviu, no passado, e com frequência serve em nossos dias de obstáculo aos antropólogos, sociólogos e historiadores, quando estudam a essência, as causas dos processos e fenômenos sociais.

A autenticidade, interpretada dessa forma e conservando todo o significado de verdade objetiva, tem um determinado sentido no processo de compreensão do verdadeiro conhecimento das formas de pensamento humano.

A seguir este estudo especial e detalhado das diferentes formas de enunciar o problema e expressão das ideias e teses contemporâneas sobre o problema e do significado de comunidade tradicional. Ocupando-se e destacando-se o problema, o significado de dito conceito deve ser examinado a luz de diferentes aspectos, cada um dos quais merece certa atenção e cuidado.

A necessidade de solucionar o problema do significado e uma ampla compreensão do que se entende por comunidade tradicional é determinado, acima de tudo, ao menos na direção deste trabalho, pelo o *locus* onde são produzidos e desenvolvidos os conhecimentos tradicionais. Ao mesmo tempo em que a importância dada ao local, como portadora da determinação eficaz do significado, devem ser levados em consideração, além do espaço-sede, a complexidade e diversidade das comunidades tradicionais em espécie. A atitude aparentemente irreconciliável dos contextos sociais, econômicos, culturais, religiosos, políticos e legais que circundam essas comunidades, marcados pela exclusão social, econômica e legal, associados a um constante afastamento ou mesmo isolamento geográfico, só não parece pior que a pobreza, em termos de ingresso econômico,

que se torna a essência de uma paridade considerável e é justo generalizar a experiência de nunca ser a diferença entre elas.

A vida em cada comunidade é de todo evidente muito complexa e multifacetada. O que está escondido por detrás dessa vida aparentemente saudável e feliz das populações tradicionais é verdadeiramente a miséria humana e de dificuldades resultantes da indiferença quando não muito da crueldade com que são tratadas. Quanto mais óbvio o incompleto sucesso do tratamento dado a essas comunidades, e de viver segundo as formas em que é incessantemente mantida, é justamente que a sua diversidade e toda manifestação diferenciada que ela considera que se deve atuar plena e ativamente na sua tutela. Essa diversidade é o ponto característico ou mesmo a regra comum diante de uma variedade de línguas, regiões, culturas, organizações sociais e políticas.

O processo de conhecimento dessas sociedades não representa apenas o desenvolvimento lógico das próprias categorias estudadas e conhecidas, pois os grupamentos mais antigos têm em si mesmo diferenças com os mesmos integrantes originais, com um grupamento mais novo ou mesmo entre um, outro e terceiros grupos. Essas diferenças entre comunidades, como ocorre em um país vizinho a outro, pode significar um reforço à estagnação e ao descompasso, mas que pode também significar, ao contrário, que um grupo progrediu e se desenvolveu. As sociedades arcaicas têm em comum muitas vezes suas diferenças com as sociedades às quais se dá o nome de históricas, mas diferem tanto entre elas como as sociedades europeias umas das outras.

A compreensão da essência das diferenças dos povos indígenas chama atenção em um ritmo imanente dos conceitos se fosse considerado sobre o processo de estudos sobre os indígenas, somente se considerado o caso do Brasil. Uma tentativa de sintetizar todos os resultados sobre a base prática atual posta em manifesto não diretamente todo o processo de conquista e a assimilação que sofreram, a tal ponto que os afastaria de seu próprio conteúdo original.

Encontramos grupos indígenas assentados em suas terras ancestrais dentro das fronteiras brasileiras, mas os grupos maiores habitam regiões mais amplas que transcendem as fronteiras de um único Estado e permanecem em duas ou mais fronteiras. Os guaranis estão dispersos entre países da Região do Prata: Brasil, Argentina e Paraguai.

Ao mesmo tempo em que tem isso um aspecto importante no processo de conhecimento verdadeiro de uma comunidade, as diferentes formas e também os diferentes graus de integração da sociedade moderna, em correspondência com os diferentes níveis de conexão com os mercados, maior ou menor assimilação de padrões culturais forâneos, incluído aí o maior ou a menor aceitação das estruturas jurídicas e sociais formas existentes, formam elementos que se mesclam na constatação, por exemplo, com os variados interesses relativos às plantas medicinais e suas aplicações.

Aqui é sumamente importante o respeito veraz acerca da apreciação das formas cognitivas de compreensão das comunidades, seja pela similitude, seja pela diferenças, é muito difícil delimitar os pontos comuns que permitam uma definição unívoca do que seriam as comunidades tradicionais que compreendessem comunidades indígenas, quilombolas (identificadas com as negras) e caiçaras (assim chamadas comunidades dos povos ribeirinhos), que ficam incluídas no conceito de comunidade tradicional em razão das especificidades culturais da população que a compreende.

Isso significa que a diversidade cultural pode ser entendida tanto do ponto de vista das diferenças existentes entre comunidades indígenas e locais, como do ponto de vista das diferenças entre as muitas comunidades, por exemplo.

Se se fizesse um exame das comunidades quilombolas, haveria de se estabelecer suas relações com a história colonial e monárquica do Brasil até a abolição da escravatura, bem como os vínculos com os territórios em que se encontravam. A conquista que empreenderam nas zonas que habitavam e a forma como foram incorporados ao espaço geográfico em que se encontram provoca a indagação da

origem cultural das regiões africanas, de onde procediam e, acima de tudo, explicar os lugares e o desenvolvimento histórico nos distintos momentos e circunstâncias.

A história das comunidades tradicionais quilombolas não é inseparável da história do homem negro no Brasil e das diversas etapas históricas a que haveria de se dividir os estudos. O próprio tráfico negreiro seria importante porque denunciaria a origem e a época que a população negra capturada formaria base para os grupos correspondentes de assentamentos humanos dos fugidos das correntes. A identificação étnica do homem escravizado poderia estabelecer por seu conhecimento próprio ou capacidade de comunicação uma maior ou menor aproximação com as raízes africanas. O lugar de procedência poderia indicar uma maior quantidade de indivíduos de uma única origem.

O propósito de contribuir com uma classificação originária da população das comunidades é a única maneira de determinar sua identificação. Uma exposição sintética é a única que se faz possível, especialmente pelas particularidades culturais e econômicas dessas comunidades verdadeiramente silvícolas, que devem ser objeto de um estudo cuidadoso para serem incorporadas nos novos ordenamentos. Deve ser advertido que as diferenças mais notórias entre as regiões não significa um aspecto estático do problema, não obstante essas diferenças serem necessariamente respeitadas e valoradas. Mas, para evitar generalizações, que podem resultar até mesmo de conclusões odiosas ou prejudiciais à rica e heroica história dessas comunidades, não se deve olvidar que elas resultam também de movimentações internas, como seriam as do Nordeste para a Região Sudeste, por conta das crises, movimentos emancipacionistas nordestinos e até mesmo guerras como as travadas com os holandeses.

Para os estudiosos dos povos negros da América, o que surpreende do processo de adaptação física e cultural dos africanos abruptamente transplantados ao Novo Mundo, é a sua capacidade de produzir novos modos culturais, chamados por alguns de *modelos de adaptação*.

Trazidos de diferentes lugares e pertencendo a diferentes grupos étnicos, com tradições e línguas distintas, as levas de escravos e logo os fugitivos e mesmo os libertos criaram novos padrões culturais, alguns deles, a partir de elementos de indubitável ancestralidade africana, outros novos e muitos, sincretismos de elementos da cultura dominante ou de incorporações ou assimilações indígenas.

O homem negro, na América, amalgamou e gerou, em um processo sem igual de adaptação cultural, modelos culturais próprios. Nos processos de liberdade dos escravos, diversos da legalidade escravagista, associada a formas particulares de ocupação das terras mais distantes, produziram um tipo particular de comunidade, em certa medida com uma grande capacidade de expansão, por flexibilidade nas alianças, na extensão de critérios de parentesco e por um profundo sentimento de segurança.

O extenso processo histórico de conflitos de luta pela liberdade e sobrevivência da população negra, no período escravagista, provocou a formação de um quadro muito particular, de relações sociais e territoriais entre as próprias comunidades negras, além de contatos reais com outras, especialmente as indígenas, a despeito de ocuparem terras que poderiam gerar, por si só, conflitos com o índio. Seria certo afirmar que a comunidade negra necessariamente deve ter entrado em conflito com as comunidades índias, a fim de estabelecer estratégias de convivência, ainda que forçada, além da resolução outros tipos de conflitos sociais, dentre os quais de compadrio e parentesco.

O negro deve ter aprendido com o indígena muitas de suas formas de produção, pois, a sua vez, desenvolveu singulares formas de trabalho e aproveitamento do meio natural. A ocupação da gente negra das zonas mais úmidas e arredores constituiu um dos processos mais originais e interessantes de adaptação da vida humana na floresta tropical americana.

A comunidade rural negra está conformada por uma rede de unidades domésticas, em muitas vezes matriarcais, compartilham territórios e desenvolvem o trabalho em grupo, à míngua de espaço

hábil para as realizações. Essas famílias ou unidades domésticas, que fazem parte de comunidades, se caracterizam também pela permanente prole ao redor da mulher, da autoridade das avós e dos tios maternos, embora a autoridade social seja exercida pelo homem na figura do pai, padrasto ou o tio vinculado à unidade familiar.

A autoridade nas comunidades mais recentes está muito diluída, mas os homens a exercem de maneira informal, na condição de mais velhos. E isso reforça o poder exercido dentro do parentesco pelos tios maternos. As mulheres mais velhas, as avós, exercem um papel determinante na vida comunitária, especialmente associado às crenças e práticas religiosas.

Essas atitudes de liderança podem resultar tanto de homens como de mulheres. A mulher, por seu papel hegemônico, e por sua relativa independência, não tem as limitações de participação comum em outras sociedades rurais. A poligamia é uma instituição muitas vezes aceita, tanto pelas implicações econômicas como para ter uma grande descendência, que o poder da maternidade poderia dar. Nessas comunidades, a segurança que gerava, com uma grande mobilidade espacial e social, permitiu uma grande circulação de parentes, a ampliação do grupo ou da comunidade, de modo que, nesse complexo, faz-se relação com as formas de posse e diversidade das fontes de subsistência, relacionadas com a oferta ambiental e os espaços de uso do território. As normas sociais familiares de posse e distribuição da terra e utilização dos recursos naturais permite bem compreender a forma encontrada como a que se desenvolveu na história e na dinâmica da ocupação territorial das comunidades negras e das suas congêneres indígenas.

Essa ocupação surge do estabelecimento de espaço dos escravos que conseguiam fugir da escravidão, e a partir daí, o estabelecimento de um sistema de parentesco. A apropriação territorial a torna um segmento comunitário especial no grupo das comunidades porque ela se constitui a partir de grupos quilombolas originais para formar comunidades negras remanescentes da quilombolagem. Nesse grupo, um segmento comunitário que controla uma

parte do rio, ou as redes correspondentes, por meio de parentes, permite a distribuição melhor entre membros do grupo, que se torna espaço essencialmente comunitário dedicado a labores e colheita de um grupo maior dentro da comunidade.

Nessas comunidades negras, há a definição de um território comum, em posse coletiva, mas uma posse *pro diviso*, e dessa forma se mantém livre de conflitos internos e, porque não dizer, também, com comunidades vizinhas. O interior desse território é marcado por regras próprias de ocupação e exploração, normalmente pela titularidade do primeiro a ocupar a área. Desse modo, considera-se o dono na mesma e fixa os termos da sua ocupação. Essa ocupação se faz mediante um convite a parentes para se incorporem ao local e também ajudem a trabalhar na terra.

Todo o estudo desses grupos comunitários negros e remanescentes dos quilombos está associado à figura do próprio quilombo. O processo de reconhecimento do quilombo e da sua formação está longe de alcançar algum consenso acadêmico ou científico. Mas os confins das terras comunitárias das populações negras surgem da dinâmica dos quilombos, sem o qual não é possível entender os estudos dos territórios comunitários.

Os quilombos eram, já em 1740, conhecidos pela administração colonial portuguesa, como destino agrupado dos escravos fugidos e em menor número, de indígenas e até mesmo por indivíduos reputados brancos. É, de certa maneira, e sem uma unidade característica e conceitual, um fenômeno do Brasil, da América espanhola e Suriname, embora o Haiti, independente em 1804, até essa data, também apresentasse comunidades com as mesmas características.

É difícil de identificar, de forma precisa, a língua que emprestou o temo quilombo ao léxico português. Duas versões ou teorias são conhecidas. A primeira de que *quiombo* vem do quimbundo *kilombo* ou do umbundo *ochilobo*. Essas duas línguas são de povos bantos, que habitavam a terra de Angola e da parte da África Ocidental.

O termo *kilombo* (quimbundo) ou *ochiombo* (umbundo), assim como em outras línguas similares, significa cemitério, e era associado

às religiões animistas locais. Ao longo do tempo, passou a significar as paragens ou acampamentos ou mesmo cabanas, que faziam o comércio de cera, escravos e outros itens cobiçados pelos colonizadores. Foi no Brasil que o termo "quilombo" ganhou o sentido de comunidade autônoma de escravos fugitivos.

Como um exemplo para esse tipo de segmentação, pode-se citar o quilombo Campinho da Independência, localizado no Município de Paraty, entre os povoados de Pedra Azul e Patrimônio, é banhado pelo Rio Carapitanga, além de conter cachoeiras e vegetação de Mata Atlântica.

Diferentemente dos demais quilombos do país, cuja origem é desconhecida, a história oral registra que foi fundado por três escravas, de nome Antonica, Marcelina e Luiza, que, excepcionalmente, tinham cultura e posses, pois eram do grupo de escravos que habitavam a casa-grande. É provável que as terras tenham sido originadas de fazendas abandonadas logo após a abolição da escravatura no País.

Os conhecimentos dos remanescentes de quilombolas estão associados à alimentação, às plantas medicinais e aos utensílios domésticos.

A Comunidade remanescente de quilombos do Campinho da Independência está localizada na parte central da Área de Preservação Ambiental (APA) do Cairuçu, no Distrito de Paraty-Mirim, 2º Distrito do município de Paraty.

O clima da região é do tipo CWa, segundo a Classificação de Köpen, com temperaturas moderadas e verão quente e chuvoso. A precipitação anual média é de 1947,7 mm, em uma série de 34 anos, e a temperatura anual média, em uma série de 24 anos, é de 22,3ºC (dados da Estação Metereológica da Eletronuclear em Angra dos Reis, RJ). As vegetações nativas remanescentes são florestas de encosta do tipo omblófila densa submontana.

Foi estimado em cerca de 200 anos o tempo de existência da comunidade do Campinho, iniciando quando três mulheres negras receberam terras da fazenda de seu senhor e nelas reuniram

escravos libertos pelas fazendas da adjacência. As terras do Campinho da Independência foram titularizadas em março de 1999, sendo a área definida como somatório de 13 posses que totalizam 287,9 ha.

A autenticidade, interpretada dessa forma, e conservada com todo o significado de verdade objetiva, relacionada às comunidades, tem um determinado sentido no processo de compreensão e de conhecimento do verdadeiro conteúdo das fontes do pensamento corrente.

O teor de um estudo especial e pormenorizado das diferentes formas de escravismo e a expressão correspondente dos movimentos destinados à liberdade ocupam um destacado lugar, muito além desta breve menção. O sentido de dita afirmação, que se examina muito superficialmente, assume, igualmente, em relação às comunidades indígenas, certa atenção que, a despeito da importância reconhecida, cada uma mereceria certa atenção, que não poderá ser alcançada nestas linhas.

Uma análise mais pragmática, destinada a obter a compreensão do significado mais essencial, introduzirá o conceito indígena e o reduzirá a um plano concreto, determinado e parcial.

Considerando o mais extenso significado que os povos indígenas merecem, deve ser lembrado que os primeiros europeus que aportaram no continente eram comandados por um italiano chamado Cristóvão Colombo. Este navegava a serviço do governo espanhol. Acreditou ter chegado às Índias, por isso chamou de índios os habitantes da terra onde chegara. Por causa desse erro inicial de Colombo, a palavra acabou sendo consagrada até os dias atuais. Somente alguns anos mais tarde constataram, os europeus, que Colombo não havia chegado às cobiçadas Índias, como então era conhecida a Ásia Oriental, mas a outro continente, o novo continente, a América.

Chegados ao continente americano, os europeus se depararam com um mundo novo que os deixou admirados. Eram paisagens inteiramente desconhecidas, com plantas e animais que nunca tinham visto até então. Além das plantas exóticas, coloridas por folhagens

e flores variadas encontraram uma surpresa maior, que foi a presença de seres humanos falando palavras incompreensíveis e com hábitos incomuns. Tinham pele avermelhada, andavam seminus e descalços; tinham cabelos longos lisos e não possuíam pêlos nas partes visíveis do corpo. Os homens carregavam armamentos feitos de madeira endurecida, de que eram exemplos lanças, tacapes e até arcos e flechas, conheciam venenos (bororé e curare), além de enfeitarem as orelhas, o nariz, o lábio inferior com pedaços de ossos ou de madeira, e muitas vezes usavam enfeites de penas coloridas na cabeça.Viviam em família, agrupados em torno de um grupo maior, tinham habitações rudimentares, cultivavam a terra, praticavam a caça, a pesca e faziam a colheita, conheciam utensílios domésticos como vasos e cuias e usavam um tipo de colher, feitos a partir do barro, da tabatinga e de material ressecado da floresta. Não conheciam a propriedade, a riqueza e o dinheiro. Tinham culinária própria e consumiam alimentos que os europeus desconheciam, além de plantas medicinais que os mantinham em condições de enfrentar os desafios da região. Professavam um animismo que variava mais ou menos um em relação ao outro, a depender dos grupos étnicos e da capacidade de comunicação. Alguns eram canibais.

Os habitantes autóctones do novo continente ficaram curiosos e igualmente desconfiados dos europeus porque assustados diante daqueles seres estranhos que desembarcavam nas praias das ilhas e do continente americano, viam que muitos dos recém-chegados eram ruivos e louros, e não poucos tinham barba e bigode. Às vezes, usavam brilhantes armaduras e carregavam objetos estranhos, que faziam barulho e matavam. Esse plano de compreensão era agravado pela constante e repetida indagação, incompreensível para os nativosa respeito da palavra ouro.

É importante lembrar que quanto mais os europeus penetravam pelas terras continentais, mais heterogêneas populações indígenas conheciam. Ao mesmo tempo em que seguiam pelo interior e conheciam mais grupos populacionais, algumas indagações começaram a surgir entre os europeus. Dentre elas, a mais importante,

e que afetava decisivamente a existência desses povos, é a de se saber se os índios seriam seres humanos. Em caso afirmativo, haveria de se saber como enquadrá-los, já que possuíam caracteres físicos e culturais tão diferentes dos povos brancos, negros e amarelos.

Todo o processo de conhecimento levou tempo e muito esforço de indagações e respostas. Alguns europeus chegaram a afirmar que os índios não eram seres humanos e que não possuíam alma. E usavam argumentos bíblicos em suas premissas. É que o livro afirmava que eram brancos, amarelos e negros os homens criados por Deus e os índios possuíam peles avermelhadas, e, portanto, não podiam ser criaturas de Deus. Que os indígenas americanos, por serem tão diferentes dos tipos humanos conhecidos, não podiam descender de Adão e Eva. E se a Bíblia afirma que, desse casal, descendiam todos os homens, não haveria como explicar a cor avermelhada da pele dos índios americanos. Tanto assim que adoravam, no seu animismo, o Sol, a Lua, as forças da Natureza, e até era comum a prática de sacrifícios humanos.

A transcendência da questão ligava-se fundamentalmente ao fato de que, não sendo seres humanos, os índios poderiam ser legalmente escravizados. Foi preciso que o papa Paulo III, na bula *Universis Chisti Fidelibus*, de 1536, afirmasse que os indígenas eram verdadeiros homens e, assim sendo, constituíam seres racionais e aptos a serem convertidos ao catolicismo. Tal orientação pontifical motivada, segundo alguns, pelo interesse da Igreja Católica em buscar compensações no continente americano, para as perdas que sofria com a expansão da Reforma Protestante na Europa, o que redundou em uma catequese sistemática, assimilação e miscigenação, e foi capaz de verdadeiramente ampliar o número de católicos, ao ponto de ser o continente o maior contingente.

Tudo isso parece ter importância porque, pouco depois, a Coroa Espanhola proibiu a escravização das populações indígenas, o que nem sempre foi acolhido pelos colonizadores espanhóis e demais europeus. O momento culminante no estudo da população autóctone se dá com uma polêmica questão que se prende à origem

dos índios americanos. Já em 1520, o cientista Teofrasto Paracelso afirmava que os indígenas americanos, por serem tão diferentes dos tipos humanos conhecidos, não podiam descender de Adão e Eva. E se dizia que ao afirmar a Bíblia que, desse casal, descendiam todos os homens não haveria como explicar a cor avermelhada da pele dos índios americanos. Paracelso, como a maioria dos europeus, desconhecia que muitas sociedades indígenas tinham o hábito de pintar a pele. E não era somente com tinta de cor avermelhada, também usavam a cor preta, amarela e outras mais. Como punha em dúvida afirmativas da Bíblia, Paracelso acabou caindo nas malhas da Inquisição. Para não perder a vida, retratou-se. Seu caso serviu de exemplo para aqueles que não levassem em conta a estreita união existente entre Igreja e Estado. Na época, os Estados Nacionais absolutistas empenhavam-se em preservar a unidade religiosa, considerada fundamental para a continuidade da unidade política. Nesses Estados, era evidente o esforço dos reis em colocar sob seu controle a Igreja e o clero existentes em seus domínios. Complicava-se a questão ainda mais pela ocorrência das reformas, que intensificavam a intolerância e o fanatismo religioso. Reforçou-se inclusive a crença de que a Bíblia era a fonte de todos os conhecimentos. Não é de se espantar que inúmeros estudos, então elaborados, procurassem demonstrar que os indígenas eram americanos descendentes de povos citados na Bíblia. De acordo com essa concepção, os indígenas seriam alóctones, ou seja, teriam chegado ao continente americano procedente de outra terra.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, a tendência era apresentar os indígenas como descendentes de egípcios, hebreus, cananeus, fenícios ou de povos semitas. Como exemplo das explicações empregadas pelos defensores da origem bíblica do homem americano, citamos o espanhol Benito Arias Montano. Em 1593, ele publicou a obra *Antiguidade Judaica,* na qual afirmava serem, os indígenas, descendentes de populações judaicas, primeiras povoadoras da América. Um dos argumentos para justificar a descendência judaica dos indígenas seria o fato de que a palavra Peru constituía um anagrama

de Ophir. Ophir ou Ofir era um país oriental onde comerciantes judeus iam buscar ouro, perfumes, marfim, madeiras preciosas e outras mercadorias de valor. Não se sabe, com certeza, onde se situava a fabulosa Ofir. O mais provável seria de que fosse um reino localizado em terras do Iêmem, ou da Somália atuais. Montano argumentava ainda que o Peru constituía, como Ofir, uma região riquíssima em ouro e prata, e que a palavra índio era uma curruptela de *iudio*.

Outro grupo de teorias, que não se prendia a passagens da Bíblia, foi elaborado por autores que afirmavam ter sido a América povoada por populações procedente de áreas litorâneas do mar Mediterrâneo. Para fundamentar suas teorias, buscavam paralelismos culturais entre antigos povos mediterrâneos, egípcios, gregos, romanos, espanhóis, hititas, etruscos, cários e sírios. O paralelismo cultural, tomado em outros aspectos particulares, nada prova, porque os grupos humanos são capazes de criar comportamentos semelhantes independentemente de interpretações culturais ou influências externas.

A título de ilustração das ideias presentes nos trabalhos dessa corrente da origem mediterrânea, lembramos que alguns entendiam que eram originários dos gregos porque, no Brasil, viviam as amazonas, mulheres guerreiras que teriam vindo de terras gregas; sendo excelentes navegadores, os gregos foram fundadores de numerosas colônias, inclusive no continente americano; assim como se afirmava que o príncipe troiano Enéias fora para a Península Italiana após a Guerra de Troia, os argonautas também viajaram para a América. Outro autor escreveu que o povoamento da América foi de origem espanhola. E indicava que indígenas e espanhóis diziam *ah!,* quando se espantavam, e faziam *ah! ah! ah!,* quando riam. Informava ainda que a primeira imigração se deu na época de Osíris, rei egípcio.

Somente a partir do século XIX, a questão da origem do homem americano começou a ser discutida segundo critérios científicos, o que não impediu que continuassem a surgir publicações com afirmativa atualmente considerada equivocada. Foi o caso dos

defensores da origem autóctone e, portanto, do monogenismo do homem americano. Ainda que tivesse precursores, como Samuel Morton, foi o palentólogo Florentino Ameghino, italiano de nascimento, mas argentino naturalizado, o principal defensor da tese de que o homem americano era originário da própria América. Suas afirmativas estavam baseadas em diversos achados de esqueletos humanos (crânio e ossada), ossos de animais extintos (como o mastodonte), pedras lascadas, terra cozida e outros achados feitos em escavações realizadas em diversas regiões da Argentina em fins do século XIX.

A ideia de que esse material pertencia à Era Terciária – uma das Idades Geológicas da Terra e que se estendeu até quinhentos mil anos – dava, à América, a primazia de ser o centro inicial da humanidade. As teorias de Ameghino provocaram grande celeuma, pois várias conclusões eram de bases puramente especulativas. Cientistas, sobretudo norte-americanos, não hesitaram em viajar até a Argentina a fim de examinar os fósseis e terrenos que Amerighino utilizava para formular suas afirmativas. Atualmente, são aceitas as teorias dos aloctonismo polegenista. Estudiosos como o argentino Salvador Canals Frau e o francês Paul River, comprovaram que a primeira imigração verificou-se, realmente, através de um istmo que, em passado remotíssimo, unia a América e Ásia, onde hoje existe hoje o estreito de Bering.

Na etapa de desenvolvimento, além desses primeiros povoadores mongóis, seguiram-se novas ondas migratórias de coletores e agricultores, procedentes da Polinésia, da Ásia Oriental (Malásia) e da Austrália. Embora existam divergências quanto à data da entrada do homem na América, recentes descobertas arqueológicas apontam as primeiras migrações ocorrendo entre 35 mil e 20 mil anos atrás, provavelmente há 27.500 anos. Em 1975, todas as teorias existentes sobre a origem e a antiguidade do homem americano foram por terra em consequência de revelações feitas a partir de um fóssil encontrado no fundo de uma caverna no Estado de Minas Gerais. Esse fóssil era um crânio, que resumidamente pertencia a uma mulher, e que teria vivido há cerca de 11.500 anos. Ele foi

chamado pelo nome de Luzia e assim se tornou mundialmente conhecido. Após ser estudado por cientistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo, o achado foi enviado à Universidade de Manchester, na Inglaterra, onde foi feita a reconstituição facial desse crânio. As conclusões a que se chegaram foram muito mais complexas, se comparadas com as conclusões até, então conhecidas, são realmente espantosas. Ficou comprovado, com o resultado das pesquisas, que os primeiros seres humanos a povoarem o continente americano não eram asiáticos, mas pertenciam, em verdade, a grupos negróides. Além disso, ficou demonstrado que esses homens e mulheres chegaram muito antes do que vinham afirmando os defensores de outras teorias.

Na história dos primeiros agrupamentos humanos, consta que se desenvolveram em um isolamento quase total e se encontravam no estágio cultural da selvageria, a despeito de já pertencerem à espécie *Homo sapiens*, se considerado o ponto de vista da Antropologia Física, e de acordo com a classificação do antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan.

REFERÊNCIAS

BALLETTI, Franca. *Sapere tecnico sapere locale*. Florença: Alinea, 2007.

BECHER, Tony. *Tribus y territórios acadêmicos*. Trad. Andrea Menegotto. Barcelona: Gedisa, 2001.

BELLO, Angela Ales. *Culturas e religiões*. 2ª ed.Trad. de Antonio Angonese. São Paulo: EDUSC, 1998.

BETANCOURT POSADA, Alberto; CRUZ MARÍN, José Efraín. *Del saber indígena al saber transnacional*. México: UNAM, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos; VIANA, Virgílio M. *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântida*. São Paulo: HUCITEC NUPAUB/CEC, 2004.

DONATO, Luz Marina. *et alii*. *Mujeres indígenas, territorialidad y biodiversidad en el contexto latinoamericano*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007.

GONZÁLEZ GRANDIÓN, Ximena Andrea. *Legitimación de conocimientos tradicionales*. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2011.

GRENIER, Louise. *Conocimiento indígena*. Trad. Oscar Chavarría Aguilar.Cartago: Editorial Tecnológica de Costa Rica, 1999.

KOSZUOSKI, Adriana, *Conhecimentos tradicionais*. Cuiaba: Carlini & Caniato, 2006.

LAYTON, Robert. *Teorie antropologiche*. Trad. Stefano Montes. Milão: Il Saggiatore, 2201.

LITTLE, Paul E. *Conhecimentos tradicionais para o século XXI.* Etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. *Antropologia, etnomarxismo y compromiso social de los antropologos*. México: Ocean Sur, 2010.

OST, Francois. *A natureza à margem da lei*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

RAMOS, Arthur. *As culturas européias e europeizadas*. Rio de Janeiro: CEB, 1975.

SANCHEZ, Enrique. ROLDAN, Roque. SANCHEZ, Maria Fernanda. *Derechos e identidad*. Bogotá: Disloque, 1993.

SOUZA, Allan Rocha de. *Direitos culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue, 2013.

TAVARES, E. M. F. *Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável:* dilemas teóricos e pragmáticos. Holos, anos 21, maio, 2005.